



## COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

### PROJETO DE LEI Nº 9.883, DE 2018

Dispõe sobre o uso dos Comitês de Resolução de Disputas (Dispute Boards) em contratos administrativos.

**Autor:** Deputado PEDRO PAULO

**Relator:** Deputado MAURÍCIO DZIEDRICKI

## I - RELATÓRIO

A proposição epigrafada prevê a utilização de Comitês de Resolução de Disputas como método de solução de conflitos em contratos celebrados pela Administração Pública direta e indireta:

- facultativamente, quando previsto no edital e no concurso (art. 1º); e
- obrigatoriamente, em se tratando de contratos de valor superior a R\$ 50 milhões (art. 11).

Os referidos Comitês terão por fim a prevenção e a célere solução de litígios afetos à execução dos contratos administrativos (art. 2º) e terão em sua composição, além do Presidente, com formação jurídica, ao menos dois membros com conhecimento técnico sobre o objeto do contrato (art. 3º, *caput* e § 2º), todos de confiança das partes e escolhidos consensualmente, na forma prevista no contrato (art. 3º, § 1º), estando impedidos aqueles aos quais se aplicarem as situações de impedimento e suspeição que o Código de Processo Civil estabelece para os magistrados (art. 6º). Para fins penais, os referidos membros equiparar-se-ão a funcionários públicos (art. 7º).



A Administração arcará com metade dos custos de instalação e manutenção do Comitê e incluirá no orçamento do contrato os valores a serem dispendidos a título de honorários dos membros deste (art. 5º).

Os Comitês terão natureza revisora, adjudicatória ou híbrida, conforme lhes sejam outorgados poderes para emitir recomendações, decisões (de adoção obrigatória e imediata) ou ambas (art. 8º). As partes estarão obrigadas a observar:

- as recomendações, após trinta dias, se dela não discordarem, ou, nesta última hipótese, após confirmação por sentença arbitral ou judicial (art. 9º);
- as decisões, imediatamente, até que sentença arbitral ou judicial determine o contrário (art. 10).

A Justificação da proposta consigna que a solução consensual dos conflitos, mais do que uma tendência, é preconizada pelo Código de Processo Civil ([Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015](#), art. 3º, § 2º).

O projeto se sujeita à análise de mérito por esta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e também pela Constituição e Justiça e de Cidadania, que também deve apreciar a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa.

Não foram apresentadas emendas ao projeto no curso do prazo regimental.

## **II - VOTO DO RELATOR**

É crescente, no mundo todo, a utilização dos Comitês de Resolução de Disputas como instrumento de rápida superação de conflitos afetos à execução de contratos, prevenindo disputas judiciais demoradas e desnecessárias e, assim, promovendo a redução de custos e a observância do cronograma e das demais cláusulas contratuais.



No âmbito da Administração Pública brasileira, o emprego da arbitragem e de outros meios privados de resolução de disputas já é previsto nas leis que dispõem sobre concessão e permissão de serviços públicos ([Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995](#), art. 23-A) e sobre parcerias público-privadas ([Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004](#), art. 11, III). E o Código de Processo Civil, instituído pela [Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015](#), em seu art. 3º, § 2º, incumbe o poder público de promover, sempre que possível, a solução consensual de conflitos.

Nesse contexto, afigura-se conveniente e oportuno determinar a previsão de utilização de Comitês de Resolução de Disputas pela Administração Pública de forma obrigatória, em se tratando de contratos com valor superior a R\$ 50 milhões, e facultativa, nas demais hipóteses.

Entrementes, entendo necessária a apresentação de três emendas à proposição original.

Em primeiro lugar, a recém mencionada obrigatoriedade de utilização dos Comitês de Resolução de Disputas deve constar logo no início da lei, como parágrafo único do art. 1º, e não ao seu final, como art. 11. Este o propósito da Emenda nº 1, anexa.

Além disso, o art. 5º pode ser interpretado no sentido de que à Administração Pública, além de pagar por metade das despesas com a instalação e manutenção do Comitê, suportará integralmente os honorários devidos aos membros do referido colegiado. A redação conferida ao dispositivo pela Emenda nº 2 deixa claro que todas as despesas recém mencionadas serão igualmente rateadas e constarão do orçamento do contrato.

Por fim, a proposta acerta ao equiparar os membros de Comitês de Resolução de Disputas a funcionários públicos, para fins de responsabilização criminal. Entendo conveniente, também, assegurar a aplicação, aos referidos membros, das sanções aplicáveis aos atos de improbidade administrativa, mediante acréscimo de parágrafo único ao art. 7º da proposição, nos termos da Emenda nº 3.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Maurício Dziedricki - PTB/RS**

Pelo exposto voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 9.883, de 2018,  
com as Emendas de nºs 1, 2 e 3, anexas.

Sala da Comissão, em        de        de 2019.

**Deputado MAURÍCIO DZIEDRICKI**  
**Relator**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Maurício Dziedricki - PTB/RS**

## **COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**

### **PROJETO DE LEI Nº 9.883, DE 2018**

Dispõe sobre o uso dos Comitês de Resolução de Disputas (Dispute Boards) em contratos administrativos.

### **EMENDA Nº 1**

Converta-se em parágrafo único do art. 1º o art. 11 do projeto, renumerando-se os demais.

Sala da Comissão, em        de        de 2019.

**Deputado MAURÍCIO DZIEDRICKI**  
**Relator**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Maurício Dziedricki - PTB/RS**

## **COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**

### **PROJETO DE LEI Nº 9.883, DE 2018**

Dispõe sobre o uso dos Comitês de Resolução de Disputas (Dispute Boards) em contratos administrativos.

### **EMENDA Nº 2**

Dê-se ao art. 5º do projeto a seguinte redação:

"Art. 5º Os custos com a instalação e a manutenção do Comitê de Resolução de Disputas, incluindo os honorários de seus membros, serão estimados quando da elaboração do orçamento da contratação e igualmente divididos entre a Administração e o contratado, cabendo a este efetuar os pagamentos e àquela ressarcir-los pela metade, após aprovação das medições previstas no contrato."

Sala da Comissão, em            de            de 2019.

**Deputado MAURÍCIO DZIEDRICKI**  
**Relator**



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete do Deputado **Maurício Dziedricki** - PTB/RS

## COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

### PROJETO DE LEI Nº 9.883, DE 2018

Dispõe sobre o uso dos Comitês de Resolução de Disputas (Dispute Boards) em contratos administrativos.

### EMENDA Nº 3

Acrescente-se ao art. 7º do projeto o seguinte parágrafo único:

"Art. 7º .....

Parágrafo único. Sem prejuízo da ação penal cabível, aplicam-se as disposições da Lei nº 8.429, de 2 de julho de 1992, ao membro de Comitê de Resolução de Disputas que induzir ou concorrer para a prática de ato de improbidade ou dele se beneficiar sob qualquer forma, direta ou indiretamente."

Sala da Comissão, em        de        de 2019.

**Deputado MAURÍCIO DZIEDRICKI**  
**Relator**